

O ABASTECIMENTO E COMÉRCIO DE CEUTA PORTUGUESA

André Teixeira e Joana Torres

A Ceuta que os portugueses encontram em 1415 era uma cidade de grandes dimensões, com uma intensa actividade comercial, proporcionada pela sua excelente posição geoestratégica na confluência entre o Mediterrâneo e o Atlântico, entre a África e a Europa. O abastecimento de tão grandiosa urbe fazia-se, assim, por inúmeras vias, afluindo produtos provenientes dos lugares mais díspares, do interior de África ao Al-Andalus, dos territórios cristãos ibéricos e italianos ao Próximo Oriente. Com efeito, em Ceuta documenta-se uma contínua e pujante actividade naval desde época califal. A cidade afirmou-se como uma das principais bases marítimas do ocidente islâmico, constituindo o mar a sua principal fonte de receita e os agentes que o exploravam um poder político dominante. Em Ceuta podia, pois, encontrar-se uma grande diversidade de produtos para troca (Picard, 1997: 27, 37, 84, 180; Hita et al., 2009: 113-14).

A arqueologia tem posto em evidência as estreitas relações de Ceuta com as regiões meridionais da Península Ibérica, sobretudo a partir dos séculos XII e XIII, constituindo o reino nazari de Granada o eixo primordial de trocas durante o século XIV (Hita et al., 2008: 26, 31; Hita e Villada, 2000c; Fábregas-García, 2013). Uma corrente comercial ancestral ligava as duas margens do Estreito de Gibraltar, sobretudo assente na troca dos frutos e legumes secos peninsulares pelo trigo magrebino (Ricard, 1955: 159-60). Os manuais de mercadorias italianos de Trezentos testemunham a intensidade das trocas entre Sevilha e as cidades do Norte de África, de que Ceuta era destacado exemplo, revelando também que aqueles comerciantes concebiam a Spagna como englobando o sul da Península Ibérica e o Norte de África, não distinguindo entre áreas islâmicas e cristãs, na tradição dos períodos almorávida e almóada, em que uma mesma província englobava as duas costas (González, 2008; González, 2011: 225).

Ceuta parece, contudo, ter funcionado muito mais como escápula de produtos exógenos – uma zona de serviços num espaço charneira da navegação medieval – que uma região produtora de bens destinados ao comércio externo, onde apenas se destacavam os objectos em cobre e tecidos, a par de frutas e peixe salgado. Os testemunhos escritos e arqueológicos comprovam uma área peri-

urbana bastante rica, caracterizada por numerosas explorações disseminadas na paisagem, de que é exemplo a próspera aldeia de Belyounech. Eram zonas onde se praticava uma agricultura de regadio, em hortas produtoras de uma grande variedade de frutas e legumes, além da criação de gado. Estas actividades eram complementadas pela caça e recollecção nas áreas florestais que rodeavam Ceuta, bem como pela pesca, sobretudo de atum (Hita et al., 2009: 104-10). Note-se que o próprio Zurara recria uma cidade islâmica idílica mutilada à chegada dos portugueses, sendo desprovida do seu rico entorno rural, com a destruição de “herdades” e “quintas” e suas zonas de cultivo associadas (hortas, pomares ou vinhas). Este processo ter-se-ia dado especialmente na zona da Aljazira (Afrag ou Al-Mansura), onde se ordenara se “derribassem as cercaduras, e paredes das ortas, e pumares, a assy os vallados” (Zurara, 1988: 251, 260).

Contudo, aquelas produções não eram bastantes para abastecer a cidade, na justa medida em que esta se foi agigantando ao longo dos derradeiros séculos de domínio muçulmano. O entorno assaz montanhoso dificultava naturalmente a implantação de extensas áreas produtivas, como testemunhou eloquentemente Leão Africano, referindo-se à Ceuta pré-portuguesa: “Em torno da cidade podem ver-se esplêndidas propriedades com casas muito belas (...), mas o campo é pouco abundante e áspero, razão porque há sempre na cidade grande penúria de grãos” (L’Africain, 1981: vol. I, 266). O testemunho é consentâneo com o de Al-Ansari, que cita detalhadamente as abundantes espécies vegetais que se cultivavam em torno de Ceuta, mas não refere o trigo, assinalando também a escassez de oliveiras e palmeiras (Al-Ansari, 1962: 437-41).

De facto, uma das carências mais claras era a de cereais, nomeadamente de trigo, base da dieta alimentar das populações mediterrânicas medievais, de que Ceuta era abastecida quase exclusivamente a partir do exterior. Esta realidade levou à implantação de numerosíssimos silos anaeróbios no interior da cidade, nomeadamente a partir da carestia 1239-40, criando-se assim uma enorme reserva de trigo capaz de garantir em permanência alimento ao populoso burgo (Hita e Villada, 2009: 105 e 107). A arqueologia também deu um importante contributo



SILOS NA CALLE REAL, Nº14-16 (JOSÉ SUÁREZ PADILLA)

na comprovação desta premissa, registando-se silos um pouco por todo perímetro urbano, embora seja naturalmente exagerado o número de 40.000, veiculado por Al-Ansari no século XV (Fernández Sotelo, 2001: 9-10; Fernández Sotelo, 2005). Note-se que este mesmo dado do autor ceuti, a que se somam referências mais ou menos claras de fontes portuguesas, levou a que se visse Ceuta, ou mais exactamente todo o Hapt, como uma região produtora de cereais, em volume que permitia a sua exportação, especulando-se que a apropriação desta riqueza teria sido um dos objectivos da conquista portuguesa em 1415 (Godinho, 1982: 245-48). Na verdade, a este “Marrocos Verde”, onde predominavam as “hortas, vinhas e vergeis, jardins e quintas”, opunha-se o “celeiro” das províncias mais meridionais da Chaouia e Duquela, onde o peso do trigo era esmagador, com um volume de produção bastante para larga exportação (Godinho, 1982: 246; Lopes, 1989: 9-10). Estão, aliás, bem provadas as intensas relações comerciais de Ceuta com aquela região magrebina, pelo menos a partir do século XII, com o propósito de adquirir o precioso cereal (Picard, 1997: 85-86).

Inexoravelmente a conquista portuguesa agravou a dependência de Ceuta face ao exterior, visto que a cidade se constituiu como um enclave cristão em território islâmico potencialmente hostil. O aprovisionamento de bens alimentares e todo o tipo de géneros para o Norte de África era assegurado pela Casa de Ceuta. Instalada em Lisboa logo após a tomada, centralizava todos os proventos recolhidos com este fito no Reino, através de várias recebedorias e contadorias, como por exemplo um tributo denominado 10 reais para Ceuta. Tinha igualmente a responsabilidade de assegurar os transportes necessários ao seu abastecimento, bem como das demais praças magrebina conquistadas pelos portugueses (Farinha, 1990: 194-195, 296-299; Braga e Braga, 1998: 81-87).

Entre os produtos enviados, o trigo ocupava um lugar de destaque, sendo constante o envio de outros cereais (cevada, centeio e milho), biscoito, carne, peixe, sal e vinho (Farinha, 1990: 196-218). A escassez de documentação relativa à actividade da Casa de Ceuta explica que o transporte de outros produtos seja sobretudo atestado arqueologicamente, nomeadamente pela recolha em Ceuta de cerâmicas de origem portuguesa (Villada et al., 2011: 137-39). Ainda assim, em 1436 registava-se que “uma das principais coisas que são necessárias para o provimento dos que estão em Ceuta assim é loiça para lhes levarem os mantimentos” (Braga e Braga, 1998: 85).

Uma parte muito significativa e em crescendo dos abastecimentos feitos a Ceuta proveio, contudo, da região da Andaluzia. Perpetuavam-se assim as relações históricas e interesses comerciais dos andaluzes no Norte de África, anteriores à própria presença portuguesa, e que se vão manter com a fixação de importantes comunidades nos lugares conquistados. A vizinha Andaluzia revelou-se, para mais, uma verdadeira fonte de socorro aos portugueses em momentos de ameaça muçulmana, não fossem os seus habitantes dos principais beneficiários com a presença cristã do outro lado do Estreito de Gibraltar. Os produtos transportados foram fundamentalmente o trigo, os frutos secos e o vinho, adquirindo-se em troca no Norte de África os escravos, a cera e os couros, num balanço normalmente muito positivo para os andaluzes. A principal base de comércio destes era um triângulo marítimo constituído por Cádiz, Jerez de la Frontera e Puerto de Santa Maria, embora Málaga tivesse também um papel relevante e, em menor escala, Gibraltar e Tarifa (Ricard, 1955).

Os fornecimentos andaluzes aos aglomerados urbanos portugueses do Magrebe, tanto ao nível das provisões como dos recursos militares e de trans-

porte, faziam-se essencialmente através da feitoria da Andaluzia, existente seguramente a partir de 1500, embora desde 1464 existisse um feitor régio em Sevilha (Moreno, 1993: 23). Recebendo ordens directas do rei português e tendo de diligenciar autorizações de compra junto das autoridades locais e regionais andaluzas, os provedores itineravam por uma das cidades e portos referidos, tendo por vezes um subordinado noutra. Obrigada a pagar tributos apreciáveis à Coroa de Castela pelas transacções efectuadas, quase sempre alimentadas pelo envio a partir de Portugal de efectivos monetários ou por letras de crédito, a feitoria fornecia-se essencialmente junto das grandes casas senhoriais andaluzas, assim como de ordens religiosas, mercadores de várias nacionalidades e até autoridades urbanas (Godinho, 1982: 270-75), dando por isso consideráveis lucros a vários agentes do Reino de Castela.

À feitoria cumpria essencialmente “a compra do trigo castelhano, a organização do seu transporte até aos portos de embarque, a sua armazenagem, o seu ensacamento, o fabrico de biscoito e a expedição para as praças luso-marroquinas” (Godinho, 1982: 269). Os dados disponíveis mostram o crescendo de importância dos fornecimentos deste cereal a Ceuta a partir da Andaluzia, constituindo o essencial das actividades a feitoria, sendo menos relevantes os provimentos de biscoito e cevada (Braga e Braga, 1998: 89). O Sul peninsular tornou-se a fonte alimentar principal das conquistas setentrionais portuguesas no Norte de África, constituindo-se o arquipélago dos Açores como dos principais fornecedores das meridionais.



MONTANHAS JUNTO A BELYOUNECH



TIGELA DE ORIGEM PORTUGUESA COM INCRUSTAÇÕES DE QUARTZO.
MURALLAS REALES, CEUTA. MUSEO DE CEUTA, PC13-498

O peso dos abastecimentos andaluzes tem um reflexo material claro. Entre os materiais arqueológicos comprovadamente atribuíveis à ocupação portuguesa detecta-se um peso muito expressivo da cerâmica fabricada no vale do Guadalquivir, suplantando claramente os objectos oriundos de olarias portuguesas. O mesmo padrão é detectável na vizinha Alcácer Ceguer, onde o registo arqueológico se encontra mais bem preservado, uma vez que o aglomerado não voltou a ser reocupado após o abandono português, sobretudo para a primeira metade de Quinhentos (Redman, 1986: 190-216; Teixeira et al., 2013: 337). Entre aquelas produções de olarias andaluzas destaque-se o essencial do serviço de mesa, composto por pratos e pequenas tigelas ou escudelas individuais revestidas com vidro estânico (brancas) ou plumífero (meladas e verdes); uma parte significativa das vasilhas de cozinha, como panelas e caçoilas vidradas a laranja e castanho, bem como almofarizes e outros objectos, que contrastam com a utensilagem de barro vermelho das olarias lisboetas, alentejanas ou algarvias, em menor número; e a clara maioria dos recipientes de armazenamento e transporte, onde avultam as grandes talhas andaluzas de barro claro, para conter cereais, água, vinho, azeite, mel ou frutos secos e em conserva (Teixeira et al., *prelo*).

Com efeito, é claro que “as relações comerciais entre Portugal e a Baixa Andaluzia se intensificaram no século XVI”. Um “importante sector de exportação a partir

de Sevilha era o de louça e cerâmica, aí fabricada. Um dos principais destinos de exportação eram Lisboa e o Algarve, com um total de nove em catorze fretes. Pertenceu a um natural de Aveiro, em 1508, transportar para os Açores dez toneladas destes artigos manufacturados” (Moreno, 1993: 22). As cerâmicas do vale do Guadalquivir têm, de facto, um peso importante nos contextos arqueológicos portugueses norte-africanos desta época, mas também nas regiões costeiras portuguesas meridionais e nos arquipélagos atlânticos (Sousa, 2011: 242-259), revelando um grau de interdependência quotidiano assinalável entre os dois impérios ibéricos. Dir-se-ia que “à diferenciação política se opunham a solidariedade geográfica, a comunhão religiosa e a unidade cultural” (Ricard, 1955), a par dos interesses económicos e geoestratégicos comuns.

Não obstante a importância vital destes provimentos a partir da Península Ibérica, não devem ser descurados os proveitos locais assegurados pelos portugueses. Por um lado, não deve ser sobrevalorizada a componente militar do quotidiano português em Ceuta: se é certo que a belicosidade foi contínua, e que era a guerra que os nobres procuravam quando se iam exercitar como fronteireros em terras africanas, também não é menos verdade que as refregas se circunscreviam no tempo e no espaço, permitindo aos moradores permanentes destes lugares o estabelecimento de outro tipo de relações com o entorno rural e gentes circunvizinhas. Os portugueses “não deixaram de semear e cultivar na media do possível” fora do aglomerado urbano, tanto nas áreas abandonadas da antiga urbe islâmica em direcção à extremidade da península ceuti, como face ao interior magrebino. A criação de gado e a recollecção estão igualmente documentadas, bem como uma pesca muito activa, nomeadamente de atum. Também lograram atrair para o seu campo em certos momentos aldeias e grupos muçulmanos vizinhos, os chamados “mouros de pazes”, garantindo assim a colecta de tributos e a protecção do território (Godinho, 1982: 249-51; Godinho, 1983, 129-30). As trocas entre cristãos e muçulmanos, autorizadas sucessivamente por dispensa papal e confirmadas pela documentação coeva (Braga e Braga, 1998: 72), ou até mais a presença de comunidades islâmicas junto aos aglomerados portugueses, são razões possíveis para a descoberta, em contextos arqueológicos claramente portugueses de Ceuta, como também da vizinha Alcácer Ceguer, de cerâmicas fabricadas manualmente, de clara tradição norte-africana.

Por outro lado, também é claro que as actividades predatórias dos portugueses constituíram fonte de abastecimento e enriquecimento, sejam as acções marítimas, o corso, sejam as incursões terrestres, as razias ou almogavarias, onde se

capturava abundante gado (Braga, 1993; Cruz, 1997). O principal interesse de Ceuta do ponto de vista material parece, mesmo, ter-se constituído como “base de apoio à navegação cristã”, rendendo direitos de ancoragem e lucros nos reabastecimentos às armadas, mas também “de sede de armadas de corso que flagelavam o sistema mercantil muçulmano”, permitindo a acumulação de ouro nos cofres da Coroa (Costa et al., 2014: 38, citado; Cruz, 2006). A estes factos junta-se a “protecção à costa portuguesa”, permitindo uma actividade mais intensa e segura das fainas pesqueiras do sul do país. Os lucros dos comerciantes portugueses de Lisboa, Porto e do Algarve, oriundos dos abastecimentos à cidade do Estreito e da referida protecção à navegação, devem também ser sublinhados (Costa et al., 2014: 35, 38-39).

Relacionada com estes factos pode interpretar-se o surgimento, em contextos arqueológicos ceutis de época portuguesa, de cerâmicas de luxo provenientes de vários pontos da Europa, do sudeste ibérico à Itália e à zona do Reno, para além das mais longínquas porcelanas chinesas, reproduzindo um padrão de consumo observável em vários sítios arqueológicos portugueses quinhentistas, expressão da integração nos mesmos circuitos mercantis, que então começavam a ganhar dimensão planetária. Aberta para o mar e protegendo-se de terra, a quase insularidade de Ceuta parece, pois, ter sido contrabalançada pela actividade comercial e navegação do seu porto, justificando a perenidade da presença portuguesa, mesmo quando o seu projecto no Norte de África perdeu fôlego ante o fascínio pelos velhos e novos mundos.



ANFORETAS DO MONASTERIO DE LA VICTORIA, PUERTO DE SANTA MARIA